



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Informação Nº 93 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

Senhora Coordenadora de Apoio Administrativo,

Informamos que atendemos às determinações contidas no Despacho 4082 - SAOF (doc. 0002176828) a fim de que fosse previsto na pretendida contratação mais um posto de serviços para a Ouvidoria, que elevou o valor máximo estimado da contratação anual para R\$ 10.274.512,70 (dez milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e doze reais e setenta centavos) e **para cinco anos R\$ 51.372.563,50** (cinquenta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), **conforme quadro resumo:**

PERÍODOS ==>		ANUAL - R\$	DA CONTRAÇÃO - R\$
		12 MESES	60 MESES
ANEXO II (A a D)	MÃO DE OBRA	8.867.371,56	44.336.857,80
ANEXO III	HORAS EXTRAS	100.000,00	500.000,00
ANEXO IV	DIÁRIAS	550.342,50	2.751.712,50
ANEXO V	UNIFORMES	214.054,26	1.070.271,30
ANEXO VI (A a E)	EPI's	6.726,95	33.634,75
ANEXO VII	COMBUSTÍVEL	7.599,99	37.999,95
ANEXO VIII	PLANO DE SAÚDE	528.417,44	2.642.087,20
PREÇO TOTAL - R\$ ==>		10.274.512,70	51.372.563,50

Agora, seguem, os presentes autos, para conhecimento e manifestação dessa COAAD e, depois, à COOF para atualização da Classificação da Despesa (doc. SEI 0002176626).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho, Analista Judiciário**, em 14/08/2024, às 11:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Abelard Dias Ribeiro dos Santos, Técnico Judiciário**, em 14/08/2024, às 11:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002181683** e o código CRC **700D0610**.



--

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PI000048/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/03/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR010882/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 13168.200337/2024-30
DATA DO PROTOCOLO: 07/03/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO PIAUI , CNPJ n. 07.399.419/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA;

E

SIND DOS EMP DE EMP DE ASSEIO E CONSER DO EST DO PIAUI, CNPJ n. 23.626.716/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JONATAS MIRANDA DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados de Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Teresina/PI**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CONSERVAÇÃO

Os salários dos empregados de Empresas de Asseio e Conservação serão reajustados em 6,97% (seis virgula noventa e sete por cento), que corresponde ao reajuste do salário mínimo para 2024. Tal índice deverá ser aplicado linearmente para todas as categorias abrangidas por essa convenção a partir da DATA-BASE da categoria, exceto para as categorias: Administrador, Técnico em administração, Contador e Técnico em contabilidade, tendo em vista que possuem piso estabelecido em legislação própria, devendo ficar congeladas para fins de equiparação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O retroativo poderá ser pago em até duas parcelas, a contar da data de registro do presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Segue tabela salarial da categoria:

ADMINISTRADOR SENIOR	R\$ 3.876,55	
AGENTE DE LIMPEZA AREAS INSTITUCIONAIS	R\$ 1.445,55	
AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR	R\$ 1.445,55	20% de Insalubridade
AGENTE DE PORTARIA	R\$ 1.585,95	
ALMOXARIFE	R\$ 1.652,06	
APONTADOR	R\$ 1.445,55	
ARQUIVISTA	R\$ 1.474,43	
ARRUMADEIRA	R\$ 1.429,39	
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 5.831,67	
ATENDENTE	R\$ 1.445,55	
AUXILIAR ADMINIST.NIVELSUPERIOR	R\$ 4.454,84	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 1.879,18	
AUXILIAR DE ALMOXARIFADO	R\$ 1.429,39	
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	R\$ 1.445,55	
AUXILIAR DE BOMBEIRO HIDRAULICO	R\$ 1.432,78	
AUXILIAR DE CAPATAZ	R\$ 1.429,39	
AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA	R\$ 1.486,83	
AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.445,55	
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.747,04	
AUXILIAR DE GESTÃO	R\$ 1.747,04	
AUXILIAR DE GESTÃO NIVEL SUPERIOR	R\$ 3.050,62	
AUXILIAR DE INFORMÁTICA	R\$ 1.747,04	
AUXILIAR DE LAVANDERIA	R\$ 1.445,55	
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES	R\$ 1.755,28	
AUXILIAR DE MECÂNICO	R\$ 1.429,39	
AUXILIAR DE NUTRIÇÃO	R\$ 1.433,14	
AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.433,14	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.445,55	

AUXILIAR OPERACIONAL	R\$ 1.433,14	
AUXILIAR TÉCNICO	R\$ 1.879,18	
BOMBEIRO CIVIL	R\$ 1.780,17	
BOMBEIRO HIDRÁULICO	R\$ 1.652,06	
BRAÇAL	R\$ 1.429,39	
BRIGADISTA CIVIL	R\$ 1.652,06	30% Periculosidade
CADASTRADOR FISCAL	R\$ 1.652,06	
CADASTRADOR MOTORIZADO	R\$ 1.652,06	30% Periculosidade
CAPATAZ	R\$ 1.486,83	
CAPINADOR DE VIAS PÚBLICAS	R\$ 1.429,39	
CARPINTEIRO	R\$ 1.474,43	
CARREGADOR	R\$ 1.433,14	
CARROCEIRO (TRAÇÃO ANIMAL)	R\$ 1.429,39	
CHEFE DE COZINHA	R\$ 2.093,98	20% de Insalubridade
COLETOR DE RESÍDUOS HOSPITALAR	R\$ 1.429,39	20% de Insalubridade
CONTADOR NÍVEL SUPERIOR	R\$ 3.876,54	
CONTÍNUO	R\$ 1.429,39	
COORDENADOR DE ESPORTE	R\$ 1.747,04	
COORDENADOR DE EVENTOS	R\$ 1.747,04	
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.486,83	
COPEIRA	R\$ 1.445,55	
COSTUREIRA	R\$ 1.429,39	
COZINHEIRO	R\$ 1.486,83	20% de Insalubridade
CUIDADOR SOCIAL	R\$ 1.433,14	
DESPENSEIRO	R\$ 1.429,39	
DEDETIZADOR	R\$ 1.747,03	20% de Insalubridade
DIAGRAMADOR	R\$ 2.093,98	
DIGITADOR	R\$ 1.747,04	36 horas semanais
ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO	R\$ 1.755,28	30% de Periculosidade
ELETRICISTA PREDIAL	R\$ 1.474,43	30% de Periculosidade
EMPILHADOR	R\$ 1.591,53	
ENCARREGADO DE TURMA LIMPEZA	R\$ 1.879,18	
ENCARREGADO DE TURMA LIMPEZA HOSPITALAR	R\$ 1.879,18	20% de Insalubridade
FAXINEIRO	R\$ 1.445,55	
FERREIRO ARMADOR	R\$ 1.652,06	
FISCAL DE CATRACA	R\$ 1.486,83	
FISCAL DE TERMINAL	R\$ 1.486,83	
FISCAL MOTORIZADO	R\$ 1.486,83	30% de Periculosidade
GARÇOM	R\$ 1.445,55	
JARDINEIRO	R\$ 1.486,83	
JORNALISTA	R\$ 2.562,90	
LAÇADOR DE ANIMAIS	R\$ 1.585,95	
LAVADEIRA	R\$ 1.429,39	
LAVADOR DE ANIMAIS	R\$ 1.429,39	20% de Insalubridade
LAVADOR DE CARRO	R\$ 1.429,39	
LEDOR	R\$ 1.429,39	
LIMPADOR DE VIDROS (JAUZEIRO)	R\$ 1.445,55	20% de Insalubridade
MAQUEIRO	R\$ 1.445,55	20% de Insalubridade
MARCENEIRO	R\$ 1.652,06	
MECÂNICO	R\$ 1.652,06	
MÉDICO	R\$ 8.900,31	20 horas semanais
MENSAGEIRO	R\$ 1.429,39	
MESTRE DE OBRAS	R\$ 1.879,18	
MONITOR DE ESPORTES E LAZER	R\$ 1.445,55	
MOTOCICLISTA/MOTOBOY	R\$ 1.474,43	30% de Periculosidade ou risco de vida
MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	R\$ 1.585,95	20% de Insalubridade
MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	R\$ 1.585,95	
MOTORISTA VEÍCULO PESADO	R\$ 1.879,18	
MOTORISTA VEÍCULO MUNK	R\$ 2.093,98	
OFFICE BOY	R\$ 1.429,39	
OPERADOR DE AUTOCLAVE	R\$ 2.562,90	
OPERADOR DE CATRACA	R\$ 1.429,39	
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR	R\$ 1.879,18	
OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.747,04	
OPERADOR DE SOM E IMAGEM	R\$ 2.093,98	
OPERADOR GRÁFICO	R\$ 1.486,83	
OPERADOR MÁQ. COPIADORA	R\$ 1.429,39	
OPERADOR MASTER	R\$ 2.036,12	
OPERADOR PATROL MOTO-MEC.	R\$ 1.879,18	
OUVIDOR	R\$ 1.474,43	
PEDREIRO	R\$ 1.755,28	
PINTOR	R\$ 1.755,28	



PRODUTOR	R\$ 2.036,12	
PROGRAMADOR	R\$ 2.093,98	
PROTOCOLISTA	R\$ 1.445,55	
PSICÓLOGO	R\$ 3.050,62	20 horas semanais
RECEPCIONISTA BILINGUE	R\$ 4.068,14	
RECEPCIONISTA	R\$ 1.652,05	
REPOSITOR	R\$ 1.445,55	
SECRETÁRIA NÍVEL MÉDIO	R\$ 1.652,06	
SECRETARIA NIVEL SUPERIOR BILINGUE	R\$ 5.831,67	
SECRETÁRIA NIVEL SUPERIOR	R\$ 3.052,11	
SECRETÁRIA EXECUTIVA	R\$ 4.068,14	
SERVENTE DE PEDREIRO	R\$ 1.429,39	
SERVENTE LIMPEZA ÁREAS INST.	R\$ 1.445,55	40% de Insalubridade
SERVENTE LIMPEZA - BANHEIRO COLETIVO GRANDE CIRCULAÇÃO	R\$ 1.445,55	
SERVENTE LIMPEZA HOSPITALAR	R\$ 1.445,55	20% de Insalubridade
SOLDADOR	R\$ 1.474,43	
SUPERVISOR	R\$ 2.036,11	
TÉCNICO AUXILIAR GERAL	R\$ 2.093,98	
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.822,15	
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	R\$ 1.822,15	
TÉCNICO EM ESTATÍSTICA	R\$ 2.093,98	
TÉCNICO EM ESTERILIZAÇÃO	R\$ 1.747,04	
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	R\$ 2.093,98	
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	R\$ 2.055,55	
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	R\$ 2.093,98	
TÉCNICO EM MECÂNICA	R\$ 1.747,04	
TÉCNICO EM OBRAS CIVIS	R\$ 1.747,04	
TÉCNICO EM PATOLOGIA CLINICA	R\$ 2.093,98	
TÉCNÓLOGO EM REDE	R\$ 2.562,90	
TÉCNICO EM REDE (NÍVELMÉDIO)	R\$ 1.585,95	
TÉCNICO EM REDE LÓGICA	R\$ 1.747,04	
TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO	R\$ 1.585,95	30% de Periculosidade
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$ 2.562,90	
TÉCNICO EM SUPORTE DE REDE	R\$ 2.093,98	
TÉCNICO EM TELEFONIA	R\$ 1.747,04	
TÉCNICO OPER.ESPEC.NIVELSUPERIOR	R\$ 5.831,67	
TÉCNICO OPER.ESPECIALIZADO	R\$ 4.894,16	
TÉCNICO OPER.NÍVELMÉDIO	R\$ 2.093,98	
TELEFONISTA	R\$ 1.445,55	36 horas semanais
TORNEIRO MECANICO	R\$ 1.879,18	
TRADUTOR	R\$ 4.454,84	
TRADUTOR DE LIBRAS	R\$ 3.876,54	
TRATADOR DE ANIMAIS	R\$ 1.585,95	
TRATORISTA	R\$ 1.879,18	
VARREDOR DE VIAS PÚBLICAS	R\$ 1.429,39	
VIDEOFONISTA	R\$ 1.585,95	
VIGIA	R\$ 1.445,55	
ZELADOR	R\$ 1.445,55	

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - RECIBO DE PAGAMENTO

As empresas podem optar em realizar o pagamento dos valores remuneratórios de seus empregados mediante depósito bancário, sendo que, se assim fizerem, ficam obrigadas a fornecerem, sempre que solicitado pelos obreiros, o comprovante do último pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas que efetuarem os pagamentos de seus empregados em dinheiro ficam obrigadas a demonstrar nos contracheques dos seus empregados o valor de salário-base, vantagens e descontos, discriminando verba por verba, bem como apresentar ao sindicato cópias destes contracheques na proporção de 50% (cinquenta por cento) para as empresas que tenham até 100 (cem) empregados e 20% (vinte por cento) para as que tenham acima deste número, mediante requerimento nominal apresentado pela entidade classista neste sentido.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTO SALARIAL

Comprovado que o empregado causou prejuízo à empresa, e quando houver autorização legal, o empregador terá o limite de desconto de até 30% (trinta por cento) da remuneração do obreiro, na quantidade de parcelas em que for possível a quitação do débito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Excetuam-se a regra acima os descontos provenientes de decisões judiciais, os referentes às taxas sindicais de cada obreiro, obrigatórias ou não, e os decorrentes de Convênios Médicos, Hospitalares, Odontológicos e Farmácia, além de outros previstos em lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica permitido o desconto no valor de até uma remuneração do trabalhador quando do seu desligamento, referente a compensação de cursos, treinamentos ou empréstimos por ele realizados e custeado pela empresa.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
13º SALÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

As empresas poderão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela, até o dia 20 de dezembro de 2024, ou em 02 parcelas, conforme disposto na lei nº 4.749/65.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Valores pagos a funcionários decorrentes de gratificações não incorporarão ao salário.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA - BANHEIRO PÚBLICO E COLETIVO

Fica convencionado por esta Convenção Coletiva de Trabalho, até que sobrevenha regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego de forma a se atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT estabelecendo os critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, que as empresas realizarão o pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, ou seja, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo, para os trabalhadores que efetivamente realizam a limpeza de banheiros públicos ou de uso coletivo de grande circulação, bem como a respectiva coleta de lixo do banheiro na forma do inciso II da Súmula 448 TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Entende-se por banheiro público aquele que tem acesso livre e irrestrito dos usuários à instalação sanitária, ainda que haja cobrança de taxa para acesso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Entende-se por banheiro de grande circulação aquele de utilização efetiva igual ou superior a 99 (noventa e nove) pessoas por dia e que tenha 5 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas reguladoras e na sua ausência será constatado mediante laudo pericial.

PARÁGRAFO QUARTO - Os empregados contratados sob o regime de jornada de trabalho intermitente e a tempo parcial, terão o adicional de insalubridade pago na exata proporcionalidade da jornada laborada.

PARÁGRAFO QUINTO - O adicional aqui previsto será pago enquanto não alterado ou cancelado o inciso II da Súmula 448 do TST.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA OITAVA - DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

Em caso de reclamação dos trabalhadores que não percebam adicional de insalubridade ou periculosidade, deverão ser realizadas perícias para verificar o direito a percepção do adicional, bem como o enquadramento do grau de exposição aos agentes nocivos (caso de Insalubridade), sendo, facultativamente, as perícias acompanhadas por assistente indicado pelo Sindicato laboral, inclusive para empregados que laborem em estabelecimentos de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso os trabalhadores reclamem do grau do adicional de insalubridade pago deverão ser realizadas perícias por técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego, para verificar o enquadramento do grau de exposição aos agentes nocivos, sendo, facultativamente, as perícias acompanhadas por assistente indicado pelo Sindicato e pelo empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O adicional de insalubridade terá como base de cálculo o salário-mínimo vigente, nos termos do artigo 192 da CLT.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - VALE ALIMENTAÇÃO

Os empregados abrangidos por esta Convenção terão direito a vale alimentação no valor correspondente a R\$ 440,77 (quatrocentos e quarenta reais e setenta e seis centavos), ou seja, deverá ser aplicado o reajuste de 6,97% ao vale alimentação, devendo a entrega ocorrer até o dia 5º dia útil do mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados que laboram em regime de tempo parcial (CLT, art. 58-A), e os que cumpram jornada diária mais de 4h e menos de 6h, terão direito ao vale alimentação pela metade do valor do caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que trabalha até 04 (quatro) horas por dia não terá direito ao benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nas faltas ao labor, justificadas e não justificadas e nos feriados, a empresa poderá descontar o valor respectivo no vale alimentação pelo dia não trabalhado, bem como descontar o vale transporte respectivo. Considerando para efeitos de cálculo, o mês composto por 22 (vinte e dois) dias úteis e o valor da unidade R\$ 20,03 (vinte reais e três centavos).

PARÁGRAFO QUARTO - Os obreiros que laborem em escala de 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de folga) terão direito ao vale alimentação calculado com base nos dias efetivamente trabalhados, considerando o valor da unidade R\$ 29,38 (vinte e nove reais e trinta e oito centavos).

PARÁGRAFO QUINTO - O empregado não terá qualquer ônus com o benefício, cuja vantagem é concedida sem qualquer natureza salarial.

PARÁGRAFO SEXTO – O reajuste incidirá a partir de janeiro/2024, podendo o retroativo ser pago em até duas parcelas, a contar da data de registro do presente instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não terão direito a receber os tickets refeições e/ou alimentação, os funcionários que estiverem em gozo de férias, auxílio-doença e/ou outra forma de não prestação de serviço/afastamento da empresa, sendo que, se já concedido, será descontado no mês seguinte.

PARÁGRAFO OITAVO - O valor referente ao vale alimentação proporcional ao mês de admissão do empregado será pago no mês subsequente.

PARÁGRAFO NONO - Os obreiros que laborem em escala de 24X72 (vinte e quatro horas de trabalho por setenta e duas de folga) terão direito ao vale alimentação calculado com base nos dias efetivamente trabalhados, considerando o valor da unidade R\$ 55,08 (cinquenta e cinco reais e oito centavos).

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DO VALE-TRANSPORTE

Conforme disposto na legislação vigente, para o exercício do direito de receber o vale – transporte, o empregado informará ao empregador, por escrito, seu endereço residencial e os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência - trabalho e vice - versa, devendo comunicar ao empregador sempre que ocorrer alteração das informações prestadas, sob pena da suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica convencionado, que cada empregador somente está obrigado a fornecer a quantidade de vales – transporte que explicitamente comprovar-se necessários ao efetivo deslocamento residência – trabalho e vice - versa, de seu empregado no mês, o qual será pelo número de deslocamentos diários, multiplicados pelo número de dias úteis no mês e, ocorrendo o trabalho em outros dias, também serão fornecidos os vales – transporte necessários.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando o empregador efetuar a entrega dos vales – transporte aos seus empregados, deverá providenciar o competente recibo de entrega, no qual constará a quantidade de vales – transporte entregues, pelos quais, os empregados assinarão o recebimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale – transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência trabalho e vice-versa, constituindo-se em falta grave a declaração falsa ou uso indevido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CUSTEIO DO VALE – TRANSPORTE

As empresas se comprometem a conceder vale – transporte a seus empregados, na forma, condições e critérios estabelecidos na Lei n.º 7418/85 com as alterações da Lei n.º 7619/87, reguladas pelo Decreto – Lei n.º 95.247 de 17.11.87.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE PRÓPRIO E/OU PARALISAÇÃO DO SETOR

Desde que previamente pactuado por escrito entre as partes e, com a devida assistência dos convenientes, poderão empresas e empregados, optarem pelo transporte com bicicleta ou outra forma de transporte, em substituição ao vale – transporte previsto em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - **Em** casos de greve/paralisação do transporte público, fica autorizado que os empregadores repassem aos seus empregados o valor correspondente aos vales a mesma quantia em dinheiro, para possibilitar o deslocamento do trabalhador no momento de crise.

PARÁGRAFO SEGUNDO - **O** pagamento em dinheiro deverá durar somente o período de greve/paralisação e não constitui verba de natureza salarial, permanecendo, inclusive, o desconto de 6% do empregador em contra cheque.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

As partes acertam a obrigação da instituição de plano de saúde, que deverá ser contratado pelas empresas, com a operadora de plano de saúde e na modalidade sugerida pelo Sindicato Patronal, de modo a permitir que os trabalhadores associados em atividade possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruídos serviços de saúde ofertados pela operadora do plano de saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Do custo mensal do plano de saúde contratado, dentro das propostas apresentadas pela entidade obreira, as empresas arcarão com o importe de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do menor plano ofertado pela instituição, independentemente do plano escolhido pelo obreiro, sendo que o restante será pago pelo empregado interessado, mediante desconto devidamente autorizado em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o empregado venha aderir ao plano de maior cobertura junto a operadora de plano de saúde conveniada, caberá ao mesmo o pagamento do que exceder a modalidade de plano de saúde contratado pelo empregador nos moldes acima, bem como deverá o obreiro arcar com a totalidade do custo se optar em cadastrar dependente (s).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As partes terão o prazo de 60 (sessenta) dias para procederem a escolha da operadora de plano de saúde, sendo que, em seguida, as empresas terão prazo de 30 (trinta) dias para realizarem a contratação do plano, e disponibilizarem o plano de saúde a seus empregados.

PARAGRAFO QUARTO: Caberá aos sindicatos patronal e laboral a fiscalização do procedimento.

PARÁGRAFO QUINTO: O padrão da modalidade do plano de saúde a ser contratado pela empresa será conforme dito, ajustado entre os sindicatos no prazo acima indicado, sendo que as empresas são obrigadas a disponibilizar o plano de saúde a todos os seus empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: Exceto nas obrigações aqui definidas, as empresas não se responsabilizam pela qualidade do serviço nem pelos termos do contrato de plano de saúde, e tampouco em casos de rescisão contratual motivada pela própria operadora de plano de saúde bem como após a rescisão de contrato do empregado;

PARÁGRAFO SETIMO: Serão beneficiados desta cláusula os associados que estiverem com contrato de trabalho ativo e os que estão em gozo de qualquer tipo de licença;

PARAGRAFO OITAVO: Quando ocorrer quaisquer dos casos de suspensão do contrato de trabalho, o empregado deverá manifestar o seu interesse em dar continuidade ao plano de saúde, hipótese em que deverá mensalmente ressarcir ao empregador o valor correspondente a sua cota parte no custo do plano, sendo que, na inércia do obreiro em pagar o que lhe cabe no plano, passado o prazo de 90 (noventa) dias após a suspensão do contrato de trabalho, poderá o empregador efetuar o cancelamento do plano e descontar o importe correspondente em eventuais salários posteriores ou em ato rescisório (TRCT);

PARÁGRAFO NONO: O custo do empregador com o plano de saúde não tem natureza salarial.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO

As empresas deverão contratar seguro de vida em grupo, cujo benefício deverá importar no valor correspondente em até 26 (vinte e seis) vezes o valor do menor piso da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não haverá custo para o empregado em decorrência do presente Seguro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa não será responsável por inadimplência da Seguradora no pagamento do seguro, salvo se não estiver aquela em dia com a quitação do prêmio correspondente à referida instituição.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESLIGAMENTO

As empresas obrigam-se, em caso de dispensa por justa causa, à fornecer por escrito ao empregado a causa e o enquadramento do motivo na CLT.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Nos casos em que o colaborador não compareça para receber seus haveres rescisórios e documentos, independente da modalidade rescisória, passado o prazo de 10 dias, o sindicato laboral poderá proceder à homologação do TRCT, devendo ser protocolada no Sindicato Laboral uma via do documento rescisório, isentando a Empresas da multa prevista por lei, desde que comprove ter comunicado ao empregado a data, horário e local da homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso do aviso prévio trabalhado dado pelo empregador ao empregado, o cumprimento do aviso se dará com a prestação de serviços pelo trabalhador no período previsto no art. 487, acrescidos dos 3 (três) dias por ano de serviço prestado, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias, na forma da Lei nº 12.506/2011.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que as empresas contratem trabalhadores intermitentes conforme o estabelecido no art. 452-A da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador convocado e que dê seu aceite, chegando ao posto após 15 minutos de tolerância, fica dispensado do evento sem direito à indenização prevista no artigo 452-A, §4º da CLT;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador da modalidade intermitente terá direito ao vale alimentação no valor de R\$ 18,73 (dezoito reais e setenta e três centavos) por dia trabalhado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O trabalhador contratado no regime intermitente não terá direito ao plano de saúde.

PARAGRAFO QUARTO - Conforme dispõe a legislação que trata sobre salário maternidade da trabalhadora intermitente, fica a cargo direto do INSS o pagamento deste benefício, conforme Decreto 10.410/20: "Art. 100-B. O salário-maternidade devido à empregada intermitente será pago diretamente pela previdência social, observado o disposto no art. 19-E, e o valor da contribuição previdenciária será deduzido da renda mensal do benefício, nos termos do disposto no art. 198, e não será aplicado o disposto no art. 94".

PARÁGRAFO QUINTO - O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CAPACITAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas promoverão no ano de 2024 a qualificação profissional de seus empregados, mediante cursos profissionais para o agente de limpeza e conservação em áreas institucionais.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTA PREVIDENCIÁRIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente à alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente à alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS este deverá declarar de próprio punho ou por outro meio perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário, esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a perícia do colaborador seja reagendada ou haja prorrogação/ recurso de benefício, a empresa deverá ser comunicada e informada o número do protocolo/ requerimento da solicitação feita, bem como apresentar atestado para cobertura desde período, caso contrário, esses dias serão descontados.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos casos em que o médico particular emita laudo indicando restrição de atividades ou mudança de função, esta só será possível mediante apreciação e laudo do próprio INSS indicando tal condição, haja vista que a reabilitação profissional é uma prestação do Regime Geral de Previdência Social, previsto no art. 18 da Lei 8.213/91.

PARÁGRAFO SEXTO: Nos termos desta cláusula, caso o empregado não trabalhe nos dias de limbo previdenciário (dias entre afastamento e/ou perícia e/ou deferimento de benefício e/ou recurso administrativos), fica estabelecida a obrigação pelo colaborador apresentar atestado médico referente a este a este período, caso contrário, a empresa poderá descontar estes dias a título de faltas injustificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Fica assegurado ao empregado das empresas que por mais de 15 (quinze) dias substituir outro de função superior a sua, o mesmo salário do substituto durante o período em que exercer a função.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HORISTA

Ficam as empresas autorizadas a contratar empregados na condição de horista, para laborar somente aos sábados, domingos, feriados, faltas, folgas, férias, eventos específicos, substituição em intervalo intrajornada e em caso de necessidade de prorrogação da jornada superior a 12 horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica vedada a utilização dos serviços dos empregados já contratados para realização desta jornada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO

Afora a possibilidade de realizar a compensação de horários, fica acertada ainda que a jornada máxima a ser desempenhada pelos obreiros será a de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e 220 (duzentos e vinte) horas mensais, podendo ainda haver a realização das seguintes jornadas:

1. **JORNADA ESPECIAL** - O serviço poderá ser executado em jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), observado ou indenizado o intervalo para repouso e alimentação, considerando-se normais os dias de domingo e feriados laborados, não incidindo a dobra de seu valor.
2. **DIGITADOR** - O digitador terá jornada de trabalho máxima de 6 horas diárias;
3. **JORNADA DE SEGUNDA A SEXTA** - Poderá a empresa executar jornada somente de segunda a sexta-feira, e neste caso poderá haver jornada superior a oito horas por dia, desde que seja respeitado o limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.
4. **REGIME PARCIAL**, consoante o previsto no art. 58-A da CLT.
5. **ESCALA DE REVEZAMENTO** - Com base no que autoriza o artigo 7º, XIII, da Constituição Federal, fica acordado o regime de escala de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 72 (setenta e duas) horas de descanso e compensação, estando nela contemplada a fruição do descanso semanal remunerado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso) será utilizado o divisor 220 (duzentos e vinte) para fins de apuração da hora trabalhada e a remuneração mensal pactuada abrange os pagamentos

devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o §5º, do art. 73, ambos da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas jornadas em que não for obedecido o intervalo intrajornada, no todo ou em parte, o empregador deverá indenizar o período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A hora-extra será acrescida de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica autorizado à adoção pelos empregadores de Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, nos termos previstos na Portaria Nº 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO QUINTO – Na jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias será concedido intervalo de 15 (quinze) minutos, não sendo este período computado na duração do trabalho, consoante art. 71, §1º e §2º, da CLT.

PARÁGRAFO SEXTO – Poderá haver alteração de jornada de trabalho para o regime parcial, desde que acordado entre empregado e empregador.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para aplicação da escala 24 x 72, esta deverá ser definida em documento próprio entre empresa e empregado (s).

PARÁGRAFO OITAVO - Na escala 24 x 72 será utilizado o divisor 220 (duzentos e vinte) para fins de apuração da hora trabalhada e pagamentos decorrentes. Face ao princípio da analogia, na escala 24 x 72 aplicar-se-á o disposto no artigo 59-A da CLT, abrangendo a remuneração pactuada mensalmente os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso nos feriados, e serão considerados compensados os feriados e prorrogações de trabalho noturno, quando houver, conforme disposto no artigo 70 e o artigo 73, §5ª da CLT.

PARÁGRAFO NONO - O salário normativo do empregado que trabalha em jornada reduzida, ou seja, inferior a 44h (quarenta e quatro horas) semanais, será obtido através do seguinte cálculo: (jornada semanal contratada / 6) x 30. O produto desta operação se multiplica pelo valor equivalente a 1 (uma) hora de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na escala 12x36 quando exercida pelo Bombeiro Civil, não será considerado horas extraordinárias quando em decorrência dos reflexos da projeção desta escala ultrapassar-se 36 horas semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO TRABALHO NOTURNO

Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 05 (cinco) horas do dia seguinte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada de trabalho de 12hx36h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso), não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 (cinco) horas da manhã, consoante art. 59-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente laboradas entre 22h00min e 05h00min.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

É facultada às empresas abrangidas pelo presente instrumento a implantação de banco de horas, estabelecido no §2º, do art. 59 da CLT, em que o excesso de horas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia a ser determinado pelo empregador, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Durante o estado de calamidade pública, a empresa fica autorizada a suspender temporariamente o contrato de trabalho de seus empregados, mediante o pagamento de ajuda compensatória mensal no valor de 30% (trinta por cento) do valor do salário base do empregado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ajuda compensatória mensal de que trata o *caput* da presente cláusula terá natureza indenizatória, não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado, não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários e não integrará a base de cálculo do valor dos depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sobre a ajuda compensatória mensal de que trata o *caput* da presente cláusula não incidirão adicionais, como noturno, de periculosidade ou de insalubridade, vez que o empregado não estará exposto aos agentes nocivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No período da suspensão do contrato de trabalho não ocorrerá pagamento de salário família ao empregado tendo em vista a inexistência de contribuição previdenciária para compensação.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser suspenso por até 60 dias, podendo haver prorrogação por igual período ou pode-se manter a suspensão enquanto durar o estado de calamidade pública.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos dos trabalhadores com contratos de trabalho suspensos, que haja determinação judicial para desconto de Pensão Alimentícia, deve-se observar o comando sentencial, se existe previsão de desconto sobre valores de natureza indenizatória. Havendo a previsão, o mesmo incidirá apenas sobre a verba compensatória de 30%.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA REDUÇÃO DA JORNADA COM REDUÇÃO PROPORCIONAL DE SALÁRIO

A jornada de trabalho diária, semanal e mensal do EMPREGADO poderão ter redução de proporcional a 25%, 50% ou 70%, a ser definido pelo empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— O valor do salário será proporcional ao salário base vigente e à jornada reduzida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Jornada de trabalho mensal será utilizada como referência para cálculo do salário base.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os benefícios previstos em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho ou aqueles concedidos voluntariamente pelo EMPREGADOR serão mantidos durante o período de redução de jornada e salários.

PARÁGRAFO QUARTA – Os benefícios previstos em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho ou aqueles concedidos voluntariamente pelo EMPREGADOR serão mantidos durante o período de redução de jornada e salários.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS LICENÇAS

Fica assegurado a todo empregado seu retorno ao trabalho após licença previdenciária, desde que devidamente liberado e apto ao exercício de suas funções anteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As licenças previstas no artigo 473 da CLT e outras previstas em lei que não tenham prazo e forma de concessão definidos, fica acordado que valem para os dias dentro da jornada de trabalho, ou seja, nas jornadas de segunda a sexta, o fim de semana não conta como parte da licença. Só contará nos casos em que o colaborador tiver jornada de trabalho aos sábados e domingos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O início da contagem da licença se dará no dia do fato gerador.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em se tratando das folgas eleitorais (artigo 98 da lei 9.504/97), o colaborador terá que informar ao seu empregador a sua convocação para o serviço eleitoral em até 03 dias úteis após a ciência de sua convocação. Prestado o serviço eleitoral, o empregado deverá apresentar a declaração emitida pelo Tribunal Eleitoral ao seu empregador no prazo de até 10 dias após a emissão, e neste ato deverá acordar com o seu empregador sobre as folgas, ressaltando que devem ser solicitadas e concedidas em até 06 meses a contar de cada serviço eleitoral prestado.

PARAGRAFO QUARTO – Nos casos de licença para provas de exame vestibular, o empregado deverá apresentar para fins de justificação declaração de comparecimento emitida no site e assinada por fiscal competente, no prazo de até 02 dias após a realização da prova.

PARÁGRAFO QUINTO - As férias poderão ser iniciadas em qualquer dia da semana, exceto aos domingos.

PARÁGRAFO SEXTO - Quando da concessão de férias coletivas pela empresa, será possível a redução de 80% do efetivo, com a possibilidade de permanecer trabalhadores responsáveis por manutenção básica, a fim de não deixar completamente vazio o local da prestação dos serviços.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

As empresas fornecerão aos seus empregados anualmente dois uniformes completos, compostos de duas camisas, duas calças e um par de sapatos, além de equipamentos de proteção individual do trabalho que a função ou a atividade laboral exigir.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os uniformes serão fornecidos sem nenhum ônus para o empregado, ficando, outrossim, pactuado que caso seja necessária a reposição de novo uniforme antes do prazo previsto no caput desta cláusula e por culpa do empregado, será ressarcido à empresa o valor correspondente da peça reposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados deverão manter seus uniformes limpos e íntegros, devendo devolverem as peças recebidas na reposição dos utensílios acima indicados ou quando do seu afastamento, inclusive devolvendo a respectiva identificação funcional.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se a rescisão do pacto laboral partir do próprio empregado, deverá este compensar a empresa com o custo do uniforme, aqui definido, pelo período em que ainda teria que usá-lo.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CIPA

Os membros da CIPA serão escolhidos mediante eleição na forma da lei e na NR 05 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando as atas arquivadas nas empresas e a disposição do ente sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas liberarão os membros da CIPA dos seus expedientes por até 04 (quatro) horas no decorrer do mês, para que os mesmos possam desenvolver suas atividades e responsabilidades inerentes, devendo os mesmos, em 48h após, comprovarem o efetivo desempenho de suas atividades, com o aviso de, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com o encerramento do contrato de trabalho do tomador de serviços, em havendo profissional que compõe a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) com estabilidade provisória, esta estabilidade findara-se juntamente com o contrato, em

decorrência da inexistência da função no tomador de serviços.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS ATESTADOS MEDICOS

Serão reconhecidos e aceitos como justificativa de faltas, os atestados médicos e odontológicos avaliados pelo serviço médico da empresa, desde que fornecidos por credenciados com a Previdência Social, Convênio Médico utilizado pela empresa, plano de saúde do qual o empregado seja associado ou dependente, que deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis ao empregador após a falta, sendo que o obreiro ou familiar deverá avisar imediatamente à empresa a sua ausência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A falta de indicação do CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças nos atestados médicos não invalida sua eficácia, que deverá ser suprida pelo empregado no prazo de até 2 (dois) dias, sob pena de desconto dos dias de afastamento, desde que a empresa não tenha departamento médico que possa suprir a falta do CID.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas que possuem departamento médico caberá a homologação do atestado para o abono de falta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os atestados só serão aceitos se constarem o carimbo e endereço da Unidade de Atendimento, bem como o carimbo, CRM e assinatura do médico que realizou o atendimento.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso haja suspeita sobre a veracidade de um atestado, a empresa deverá abrir sindicância para apurar os indícios e sendo constatada a fraude, fica configurado ato de improbidade e mau procedimento por parte do trabalhador, nos termos do art. 482, “a” e “b” da CLT.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO ACIDENTE DE TRABALHO

Será garantido o afastamento do empregado em razão de acidente de trabalho com respectiva emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica garantida ao empregado, após a liberação da licença pelo INSS, a participação em programa de reabilitação através de cursos compatíveis com as atividades que irá desempenhar na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após licença, o empregado poderá participar de recrutamento interno e treinamento em igualdade de condições com os demais empregados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não haverá discriminação quanto ao empregado que retorne de acidente de trabalho.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SINDICALIZAÇÃO

Assegura-se a liberação de dirigentes sindicais para participarem de reuniões sindicais previamente avisadas. A liberação do dirigente sindical fica limitada a 12 (doze) dias de encontros por ano, entre reuniões e assembleias, não se inserindo neste cômputo as assembleias que se tratarem da Negociação Coletiva. Deverá ser feita comunicação formal com antecedência de 05 (cinco) dias, para a disponibilização do dirigente sindical. E, ainda, fica o dirigente com a obrigação de provar o afastamento em até 05 (cinco) dias, sendo que a não comprovação do motivo do afastamento, aqui abonado, implicará em desconto do respectivo dia de trabalho.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Ficam o Presidente e Tesoureiro à disposição integral do SEEACEP, sem prejuízo de seus salários, bem como aos benefícios aos quais suas funções vierem a ter, devendo seus empregadores arcar com as devidas obrigações trabalhistas e sociais, desde que não sejam vinculados à mesma empresa.

PARAGRAFO SEGUNDO: Os membros do sindicato poderão ser lotados pelas empresas empregadoras de acordo com seu interesse e conveniência, nos contratos a que a mesma seja detentora.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS E EMPREGADOS

As empresas fornecerão à Entidade Sindical Profissional, por ocasião do recolhimento da contribuição associativa (mensalmente), mediante recibo, uma relação contendo nome e valor das referidas contribuições de cada empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica acordado que até o dia 30 de janeiro de cada ano, o Sindicato laboral deverá apresentar às empresas a ata de assembleia que autorizou as contribuições.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas procederão, a partir da homologação da presente convenção coletiva, a título de contribuição assistencial, descontos devidamente aprovados pela respectiva assembleia geral da categoria profissional, sobre os salários nominais já reajustados, somente dos empregados NÃO

associados ao Sindicato dos Trabalhadores, em favor deste, e que deverão ser efetuados quando do pagamento do salário na folha de abril de 2024, no percentual de 2% (dois por cento), por empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica assegurado ao empregado o direito de oposição aos descontos, a ser exercido em uma única vez durante a vigência desta convenção, até 10 (dez) dias após ser efetuado o primeiro desconto, inclusive para os admitidos durante a vigência da presente convenção, para os quais será observado o mesmo prazo, implicando esta oposição na isenção de todos os descontos previstos nesta cláusula. Todavia, quanto os empregados que não puderem exercer a oposição nas condições já mencionadas, por se encontrarem com o contrato de trabalho suspenso na forma da lei, terão os seus descontos postergados até o seu retorno ao serviço, oportunidade a partir da qual poderão ser opor aos descontos até 10 (dez) dias após este retorno.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A oposição deverá ser feita através de carta de próprio punho, em três vias, protocoladas na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores, exceto para o empregado analfabeto, para quem o próprio Sindicato dos Trabalhadores preparará e protocolará, no prazo previsto, as três vias da carta referida, mediante simples manifestação verbal, por parte do empregado, feito pessoalmente na Secretaria do Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado deverá entregar uma destas vias à empresa, mediante recibo, no prazo de dois dias úteis, a partir do dia seguinte ao do protocolo no Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO QUARTO - As partes não criarão quaisquer incentivos ou obstáculos a que o empregado exerça seu direito de oposição aos descontos, sendo nulos de pleno direito o envio pelos correios de abaixo assinados, correspondências ou quaisquer manifestações que não atendam o estipulado nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Os recolhimentos dos descontos acima deverão ser feitos em conta vinculada, junto ao banco definido pelo Sindicato beneficiário, com vencimento no décimo dia do mês seguinte ao dos descontos, através de depósito na conta indicada pelo Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO SEXTO - A empresa que descontar e deixar de recolher ao Sindicato dos Trabalhadores as contribuições indicadas nesta cláusula, incorrerá em multa de valor correspondente a 10% do montante não recolhido, por mês de atraso, revertida em favor da entidade sindical.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As empresas fornecerão ao Sindicato dos Trabalhadores, em caráter confidencial e no prazo de 20 dias, contados da data do recolhimento da contribuição assistencial, uma relação contendo os nomes e os valores da referida contribuição dos seus empregados, excluídos os pertencentes a categorias profissionais diferenciadas, bem como liberais que exerçam opção de não terem o percentual descontado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

As empresas descontarão em folha de pagamento as contribuições de empregados sindicalizados, mediante autorização prévia e expressa destes, no percentual de 2% (dois por cento) sobre o salário normativo, recolhendo o total do montante em favor do sindicato laboral até o 10º dia do mês, juntamente com a relação nominal dos atingidos, mesmo daqueles que tenham se desligado do emprego, ou que estejam com seus contratos suspensos ou interrompidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada dia de atraso no repasse da contribuição associativa será devida uma multa em favor do Sindicato Laboral, no percentual de 1% sobre o valor do recolhimento de cada trabalhador cujo repasse não foi efetuado, limitado ao valor total do recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores mencionados acima deverão ser pagos exclusivamente através de depósito identificado na Conta do SEEACEP (Agência 0029, operação 003, Conta nº 1.918-9, da Caixa Econômica Federal).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

De acordo com autorização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme art. 8º, IV, da Constituição Federal, resta aprovado, por maioria, o desconto de 2% (dois por cento) dos salários de todos os empregados associados, desde que estejam trabalhando no mês subsequente à homologação da presente Convenção Coletiva, devendo as empresas realizar o respectivo desconto e depositar o total do montante em favor do sindicato laboral em até 10 (dez) dias corridos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Consideram-se obrigações sindicais:

a) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;

b) Cumprimento integral desta Convenção;

c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;

d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO INTERESSE DE GARANTIR O FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública, ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, poderão contratar os empregados da empresa anterior, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, sendo que as empresas que perderem o contrato comunicarão o fato ao Sindicato Laboral, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo, e ficarão também obrigadas a dispensar os empregados sem justa causa, mediante as seguintes condições:

- I) O Termo de Rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará “sem justa causa” e deverá constar, obrigatoriamente, a expressa referência a essa cláusula;
- II) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o décimo dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base para cálculo das verbas rescisórias é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei;
- III) Havendo real impossibilidade de contratação do trabalhador na empresa que está assumindo os serviços, devidamente justificada perante os dois Sindicatos convenentes, o trabalhador será desligado dos serviços com o pagamento de todas as verbas rescisórias devidas, inclusive aviso prévio indenizado.
- IV) Ficam ressalvados os casos que envolvam estabilidades e condições de saúde do colaborador, onde o vínculo com a empresa antiga deve permanecer, salvo o trabalhador faça a opção de renúncia.
- V) Quando o colaborador terceirizado aceitar convite para exercer cargo comissionado, este fica obrigado a se apresentar à sua empresa, exibir a nomeação e pedir o seu desligamento para assumir cargo em comissão, devendo, inclusive, restituir valores que tenha recebido em caráter antecipado/indevido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os sindicatos convenentes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

Parágrafo único: O sindicato que entender necessário a ação conjunta deverá oficiar a solicitação ao outro sindicato, fornecendo as informações acerca da situação denunciada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TRINTÍDIO

Fica convencionado que o empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30(trinta) dias que antecede a data-base, terá direito à indenização adicional equivalente a 01 (um) salário mensal de que trata o art. 9º, da Lei n.º 7.238/84, exceto no caso de encerramento de contrato entre a empresa empregadora e o tomador dos serviços.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - AUTOFISCALIZAÇÃO DO SETOR

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista previdenciária e deste documento junto opinião pública, aos tomadores e às autoridades públicas e privadas de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal mas também para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela manutenção da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

- I - Fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-os, no mínimo, uma vez por mês;
 - II - Cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento da legislação, previdenciária, fundiária, a específica do setor e das Convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;
 - III - Compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia, realizar busca, visitar as empresas e os locais de execução dos serviços; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias para resposta; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados para que sejam tomadas, em conjunto, as hábeis providências, entre elas, a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Obriga-se o sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato inerente ao objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar a outro no prazo máximo de cinco dias úteis, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual no mesmo prazo e com a mesma cominação deverá ser igualmente cientificada.

DISPOSIÇÕES GERAIS
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA

Fica estabelecida multa no valor de 02 (dois) pisos salariais vigentes para cada cláusula descumprida, cabendo em qualquer caso o direito de defesa da empresa, excetuando-se as disposições acima que possuam multa própria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa discriminada no tópico acima será revertida em favor do sindicato prejudicado.

}

DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO PIAUI

JONATAS MIRANDA DA SILVA
PRESIDENTE
SIND DOS EMP DE EMP DE ASSEIO E CONSER DO EST DO PIAUI

ANEXOS
ANEXO I - CONVOCAÇÃO LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ASSEMBLEIA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Praça Desembargador Edgard Nogueira. nº 80 - Bairro CABRAL - CEP 64000-920 - Teresina - PI

APÊNDICE V
PESQUISA DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA DE CONTRATAÇÕES DIVERSAS

Postos de serviços	Preço mensal unitário estimado para a licitação - R\$	Preço médio unitário pesquisado noutros órgãos - R\$	CONTRATAÇÕES			
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	7º AD/CT Nº 07/2022 CNJ	5º TA/CT Nº 12/2021 TJAM	
2611-25 (jornalista)	7.054,12	8.186,49	4.889,08	8.379,88	11.290,52	
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	1º TA CT Nº 69/2022 TRE-SC	1º AP CT Nº 48/2022 TRE-MT	4º TA CT Nº 99/2022 TRE-SC
7822-20 (operador de empilhadeira)	4.720,64	4.194,15	3.281,16	4.102,12	4.820,32	4.573,00
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 37/202 CNJ	5º TA CT Nº 66/2020 STJ	4º TA CT Nº 7/2022 SENADO
5134-05 (garçom)	4.369,97	6.391,71	3.039,52	7.204,95	8.784,11	6.538,25
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 67/2024 UFPB	2º TA CT Nº 144/2022 SENADO	
5174-15 (agente de portaria diurno Capital)	5.110,61	4.659,15	3.550,11	6.722,64	3.704,71	
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 67/2024 UFPB	2º TA CT Nº 144/2022 SENADO	
5174-15 (agente de portaria diurno interior)	5.110,61	4.659,15	3.550,11	6.722,64	3.704,71	
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 67/2024 UFPB	2º TA CT Nº 144/2022 SENADO	
5174-15 (agente de portaria noturno Capital)	5.682,99	5.083,19	3.944,88	7.220,26	4.084,44	
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 37/2022 CNJ	5º TA CT Nº 66/2020 STJ	6º TA CT Nº 8/2022 SENADO
5134-25 (copeiro(a)) Teresina	4.369,97	5.653,38	3.039,52	5.569,57	6.991,10	7.013,33
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 37/2022 CNJ	5º TA CT Nº 66/2020 STJ	6º TA CT Nº 8/2022 SENADO
5134-25 (copeiro(a)) Picos	3.345,24	5.180,96	2.318,42	5.569,57	6.991,10	5.844,74
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	2º TA CT 15/2022-SR/PF/CE	CT 48/2024 FUNAI	2º TA CT 05/2022-SR/PF/SE
4110-10 (agente administrativo)	4.283,10	5.064,92	2.979,67	4.518,65	7.199,00	5.562,34
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT 166/2024 - UFMG	CT 48/2024 FUNAI	
4110-10 (agente administrativo) Interior	4.154,07	5.496,23	2.876,24	6.413,44	7.199,00	
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	CT Nº 25/2022 - TJ/CE		
2112-05 (estatístico)	19.168,64	13.339,24	13.231,23	13.447,25		
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	2º TA CT Nº 10/2021 STJ	CT Nº 38/2023 CNJ	6º TA CT Nº 108/2021 SENADO
3423-05 (supervisor de frota)	10.272,44	9.378,59	7.095,84	8.960,16	10.166,45	11.291,89
			4º TA CT 67/2022-TRE-PI	1º TA CT Nº 31/2022 CNJ	2º AP CT Nº 42/202 STJ	3º TA CT Nº 96/2022 SENADO
4221-05 (repcionista)	4.866,02	5.357,58	3.381,33	5.831,85	7.219,62	4.997,53
			4º TA CT Nº 107/2020 TRE-PI	6º TA CT Nº 108/2021 SENADO	1º TA CT Nº 11/2022 TRE- PR	
4110-25 (agentes cartorários)	3.067,75	3.231,49	2.142,20	4.320,78	3.672,05	
			4º TA CT Nº 107/2020 TRE-PI	6º TA CT Nº 108/2021 SENADO	1º TA CT Nº 11/2022 TRE- PR	
4110-25 (agentes cartorários do interior)	2.895,89	3.164,65	2.008,51	4.320,78	3.699,86	
			4º TA CT Nº 107/2020 TRE-PI	2º TA CT Nº 2/2020 CNJ	CT 37/2023 STJ	
3132-15 (técnico em eletrônica)	7.209,13	6.108,34	4.995,88	5.721,57	7.607,56	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	CT Nº 38/2023 CNJ	CT 48/2024 FUNAI	6º TA CT Nº 108/2021 SENADO
7825-10 (motorista veículo pesado)	5.411,65	6.423,35	3.757,31	7.740,79	7.239,38	6.955,92
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	5º TA CT Nº 1/2022 TRE-PA	CT 18/2024 MPES	
5191-10 (mensageiro motorizado)	6.253,11	4.615,76	4.210,83	5.202,99	4.433,47	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	CT Nº 01/2024 EBSERH STA MARIA RS	CT 24.02.02.01 PM MILAGRES	
4151-05 (Auxiliar técnico em arquivo)	4.825,65	4.860,50	3.757,31	4.934,18	5.890,00	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	CT Nº 5/2024 CNJ	9º TA CT Nº 60/2021 UFS	4º TA CT Nº 6/2022 CNMP
3741-05 (operador de aparelhos eletroacústicos)	5.927,65	8.425,81	4.112,87	12.105,58	5.253,25	12.231,53
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	8º TA CT Nº 15/2021 CNMP	6º TA CT Nº 01-2020 EMGEA	
4151-30 (operador de fotocopiadora)	4.331,15	3.930,95	3.012,77	4.073,00	4.707,09	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	3º AP CT Nº 18/2019 TRE-MT	9º TA CT Nº 60/2021 UFS	
3132-20 (técnico em manutenção urna eletrônica)	5.927,65	6.417,85	4.112,87	7.162,11	7.978,56	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	6º TA CT Nº 106/2021 SENADO	CT Nº 5/2024 CNJ	
7832-10 (carregador)	4.340,15	4.373,79	3.018,97	5.164,90	4.937,50	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	PE 18/2024 - TJ CE	6º AP CT Nº 4/2021 TST	
3224-15 (auxiliar em saúde bucal)	5.963,17	4.246,28	3.535,38	5.439,29	3.764,17	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	CT 16/2024 TJ AP	CT 277/2024 BACEN	
4110-10 (auxiliar de gestão nível superior)	6.393,67	6.107,53	4.433,96	7.291,25	6.597,37	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	5º TA CT Nº 47/2020 TRE-MG	CT Nº 27/2023 CJF	
7662-15 (impressor comercial Off-Set 8/4)	4.900,67	8.137,07	3.405,21	8.049,33	12.956,67	
			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	3º TA CT Nº 22/2021 TJ-CE	CT Nº 27/2023 CJF	
7663-20 (operador de guilhotina)	5.578,42	6.026,19	3.748,26	5.400,62	8.929,69	

			4º TA CT Nº 31/2020 TRE-PI	CT Nº 14/2022 CNMP	CT Nº 27/2023 CJF	5º TA/CT Nº 12/2021 TJAM
7621-20 (diagramador)	5.927,65	8.376,02	4.112,87	10.697,26	10.499,70	8.194,24

JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL CONTRATO N. 12/2023 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, sob regime de empreitada por preço unitário, processo SEI n. 0001882-59.2023.6.21.8000, que fazem entre si, a empresa AZEREDO REMOCOES DE PACIENTES LTDA, com sede na Rua Cel. Villagran Cabrita n. 40, em Porto Alegre-RS, CEP 90620-200, com CNPJ sob número 06.228.309/0001-10, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Noeli Ana Badin Azeredo, no fim assinada, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta Capital, na Rua Duque de Caxias n. 350, CEP 90010-280, inscrito no CNPJ sob o número 05.885.797/0001-75, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sra. Ana Gabriela de Almeida Veiga, no fim assinada. Foi realizada licitação por intermédio do Pregão n. 03/2023. Os CONTRATANTES ficam sujeitos às normas da Lei n. 8.666/1993, ao Decreto n. 10.024/2019, à legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às cláusulas firmadas neste contrato. CLÁUSULA 1 – OBJETO Prestação de serviços de condução de veículos, mediante alocação de postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das demandas da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, conforme as cláusulas deste contrato. CLÁUSULA 2 – EXECUÇÃO 2.1. A execução do objeto obedecerá ao disposto neste contrato e no Termo de Referência (Anexo VII do Pregão n. 03/2023), além das consignações do edital da licitação e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, no que não o contrarie. 2.2. A especificação dos serviços consta no item 4 do Termo de Referência. CLÁUSULA 3 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS 3.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços objetivando atingir as metas de qualidade do serviço, previstas nos indicadores constantes no Anexo I do Termo de Referência. 3.1.1. A avaliação resultante da aplicação dos referidos indicadores comporá o seguinte Índice de Qualidade de Execução do Serviço (IQES): $IQES = (Iq1 + Iq2 + Iq3 + Iq4)/4$, onde: Iq1 = Índice de Assiduidade no Serviço; Iq2 = Índice de Utilização de Uniformes; Iq3 = Índice de Efetividade do Serviço; Iq4 = Índice de Atuação do Supervisor. 3.2. O pagamento correspondente à prestação dos serviços sofrerá adequações quando não forem atingidas as metas de qualidade pactuadas, por meio da aplicação do IQES. 3.2.1. O valor bruto a ser faturado pela CONTRATADA consistirá no valor mensal contratado para a prestação dos serviços, multiplicado pelo IQES, após a incidência de descontos (VT e VA não devidos e faltas de profissionais). 3.2.2. O IQES será considerado em sua apresentação até a quarta casa decimal por truncamento. 3.2.3. A CONTRATADA receberá, até o décimo dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, as planilhas mensais do cálculo do IQES. Contrato n. 12/2023 (1410272) SEI 0001882-59.2023.6.21.8000 / pg. 1 3.2.4. Caso haja discordância da avaliação, a CONTRATADA deverá realizar a contestação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. 3.2.5. O IQES, para efeitos de redução dos valores mensais de contrato, estará limitado inferiormente ao valor de 0,9500. 3.2.5.1. Ocorrendo a extrapolação do limite previsto na cláusula anterior por período igual ou superior a 02 (dois) meses, a CONTRATADA estará sujeita à sanção prevista na letra “e” da tabela da cláusula 14, sem prejuízo da continuidade de aplicação do IQES. 3.3. As metas de qualidade de execução dos serviços serão avaliadas a partir do 2º (segundo) mês (inclusive) do início da prestação dos serviços e serão consideradas para efeitos de alteração da remuneração dos serviços a partir do 3º (terceiro) mês (inclusive) do início da prestação dos serviços. 3.3.1. O IQES incidirá no faturamento do mês de competência da avaliação. CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 4.1. A CONTRATADA deverá observar às obrigações específicas constantes no item 5 do Termo de Referência, além das disposições abaixo elencadas. 4.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, nos termos deste instrumento e legislação vigente. 4.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pela quitação dos encargos trabalhistas e sociais em conformidade com a declaração constante no Anexo II deste contrato. 4.4. Comprovar, por meio da documentação arrolada no artigo 5º da Resolução CNJ n. 156/2012, previamente ao início da execução dos serviços, bem como em caso de eventual prorrogação contratual, que o supervisor designado não se enquadra na vedação dos artigos 1º e 2º daquele regramento. 4.5. Observar a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. 4.6. A CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, em parte, o objeto do presente contrato, se for conveniente para a Administração, mediante prévia e escrita autorização do CONTRATANTE, ressalvado o disposto na cláusula 4.8. 4.7. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais empregados. 4.8. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros a responsabilidade de que trata a cláusula anterior na hipótese de subcontratações. 4.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional, deverá comprovar que efetuou a comunicação de exclusão do regime tributário, prevista no art. 30, inciso II, da Lei Complementar n. 123/2006, em razão de que, com a assinatura deste contrato, incorreu na situação de vedação contida no art. 17, inciso XII, da mesma lei. 4.9.1. A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal, no prazo que determina o art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar n. 123/2006. 4.9.1.1. Na hipótese de a CONTRATADA não realizar a comprovação estabelecida na cláusula 4.9 até o quinto dia útil subsequente ao término do prazo legal (LC n. 123/2006, art. 30, § 1º, inc. II), o CONTRATANTE oficiará à Secretaria da Receita Federal acerca da sua condição irregular. 4.10. A CONTRATADA fica ciente, ainda, do disposto no art. 3º, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça que veda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, podendo ser exigida, a qualquer tempo, comprovação, inclusive por meio de declaração expressa da CONTRATADA, quanto a sua observância. Contrato n. 12/2023 (1410272) SEI 0001882-59.2023.6.21.8000 / pg. 2 4.11. A CONTRATADA deverá cumprir, conforme o caso, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal. CLÁUSULA 5 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE 5.1. O CONTRATANTE obriga-se a: 5.1.1. Proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços contratados. 5.1.2. Indicar formalmente a equipe de gestão contratual para o acompanhamento da execução do objeto do contrato. 5.1.3. Efetuar o pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato. 5.1.4. Repassar, periodicamente, orientações acerca dos serviços a serem executados pela CONTRATADA. 5.1.5. Comunicar imediatamente a CONTRATADA, se tiver conhecimento, de qualquer conduta dos seus profissionais que acarrete dano, risco ou agravamento de situação prejudicial ao patrimônio, à vida, à saúde, à dignidade de pessoas ou ao ambiente ecologicamente equilibrado. CLÁUSULA 6 – RESPONSABILIDADES 6.1. Competirá exclusivamente à CONTRATADA o pagamento de salários, horas-extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre a contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao CONTRATANTE sempre que forem solicitados pelo mesmo. 6.2. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não,

obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho. 6.3. Compromete-se, igualmente, a CONTRATADA, a cumprir nos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada em virtude da contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao CONTRATANTE sempre que forem solicitados pelo mesmo, ressalvado o disposto na cláusula 6.5. 6.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. 6.5. A CONTRATADA fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS) e à Fazenda Nacional (Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02 de outubro de 2014, independente de solicitação. 6.5.1. O descumprimento ao disposto na cláusula 6.5 ensejará a rescisão contratual, observada a cláusula 6.5.1.1, sem prejuízo do pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço. 6.5.1.1. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou sua incapacidade de corrigir a situação. 6.6. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos referidos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato. 6.7. Tanto matriz quanto filial poderá executar o objeto contratado, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. 6.7.1. Não há diferença entre os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica (matriz e filiais). Havendo a comprovação quanto à regularidade de um dos estabelecimentos, automaticamente, estará comprovada a regularidade dos demais. 6.8. Serão de responsabilidade da CONTRATADA os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento. Contrato n. 12/2023 (1410272) SEI 0001882-59.2023.6.21.8000 / pg. 3 6.8.1. Verificado o dano, o CONTRATANTE eximir-se-á de qualquer responsabilidade, ficando alheio à relação jurídica que venha a se estabelecer entre a CONTRATADA e terceiros prejudicados. 6.9. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto contratado, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei n. 8.666, de 1993. 6.9.1. O disposto na cláusula 6.9 deve ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte. 6.9.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do CONTRATANTE, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993. CLÁUSULA 7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO 7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por equipe de gestão e fiscalização contratual composta de servidores designados pelo CONTRATANTE, denominados de gestor e fiscais do contrato, com vistas ao seu integral cumprimento e ao atendimento das necessidades do CONTRATANTE. 7.1.1. A fiscalização dos serviços não exclui e nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância às cláusulas contratuais e editalícias. 7.1.2. Em reunião inicial, a CONTRATADA deverá indicar preposto com poderes de representá-la em reuniões e assinar respectivas atas (obrigando a CONTRATADA nos termos nela constantes), receber notificações de descumprimento do contrato, receber aplicação de penalidades, receber comunicação de rescisão, receber convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais providências relacionadas à execução do contrato que imponham ou não abertura de processo administrativo. 7.1.2.1. A indicação do preposto poderá recair sobre o supervisor. 7.1.3. São admitidos como instrumentos de comunicação oficial entre gestor e fiscal do contrato com o supervisor ou representantes da CONTRATADA: 7.1.3.1. Mensagens de correio eletrônico. 7.1.3.2. Ofícios e comunicações na forma impressa ou eletrônica. 7.1.3.3. Mensagens de comunicação instantânea (exemplo whatsapp), podendo ser requeridas confirmações pelos meios previstos nas cláusulas 7.1.3.1 e/ou 7.1.3.2. 7.1.3.4. Comunicações via sistema oficial do CONTRATANTE ou por este contratado em que os representantes da CONTRATADA tenham acesso seguro em ambiente de internet. 7.2. As disposições atinentes às rotinas de gestão e fiscalização constam no item 11.2 do Termo de Referência, conforme indicações a seguir: 7.2.1. As disposições relativas à fiscalização administrativa constam no item 11.2.1 do Termo de Referência. 7.2.2. As disposições relativas à fiscalização técnica constam no item 11.2.2 do Termo de Referência. 7.3. As disposições relativas ao recebimento provisório e definitivo do objeto constam no item 11.3 do Termo de Referência. 7.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. 7.4.1. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou sua incapacidade de corrigir a situação. CLÁUSULA 8 – PREÇO Contrato n. 12/2023 (1410272) SEI 0001882-59.2023.6.21.8000 / pg. 4 8.1. O preço mensal referente a 01 (um) posto de motorista de 8 horas (40 horas semanais) é de R\$ 6.029,12 (seis mil, vinte e nove reais e doze centavos), conforme planilha de custos e formação de preços constante na proposta da CONTRATADA. 8.2. O preço mensal referente a 01 (um) posto de motorista executivo de 8 horas (40 horas semanais) é de R\$ 7.201,63 (sete mil, duzentos e um reais e sessenta e três centavos), conforme planilha de custos e formação de preços constante na proposta da CONTRATADA. 8.3. O preço mensal referente a 01 (um) posto de supervisor de 8 horas (40 horas semanais) é de R\$ 8.194,53 (oito mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e três centavos), conforme planilha de custos e formação de preços constante na proposta da CONTRATADA. 8.4. O preço total estimado da contratação é de R\$ 1.382.400,20 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos reais e vinte centavos). 8.5. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser excluídos para os anos subsequentes. 8.5.1. A parcela mensal, a título de aviso prévio trabalhado, será no percentual máximo de 1,94% (um inteiro e noventa e quatro centésimos por cento) nos primeiros 12 (doze) meses da execução contratual. Após esse período, o percentual constante em planilha de custos e formação de preços deverá ser alterado para o máximo de 0,194% (cento e noventa e quatro milésimos por cento) para os demais meses. CLÁUSULA 9 – FORMA DE PAGAMENTO O pagamento será efetuado, mensalmente, obedecendo ao que segue: 9.1. O documento fiscal deverá ser emitido a partir do recebimento definitivo dos serviços e protocolado junto ao CONTRATANTE ou enviado ao gestor por meio eletrônico, quando se tratar de Nota Fiscal Eletrônica. 9.1.1. Na prestação de serviços – há obrigatoriedade de emissão de NFE conforme a legislação municipal da sede da empresa ou do local onde o serviço será prestado. 9.1.2. No fornecimento de bens – emitir, obrigatoriamente, uma Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos. 9.1.3. No fornecimento de bens com prestação de serviços – emitir separadamente uma Nota Fiscal para os serviços prestados e uma Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos ou, ainda, uma Nota Fiscal única de serviços com fornecimento de material, devidamente discriminado, conforme a Nota de Empenho a ser emitida. 9.2. O documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com os valores contratados, descontadas as faltas e atrasos dos profissionais da CONTRATADA, caso não tenham sido supridas, multiplicando-se o montante total devido pelo IQES do respectivo mês como critério de ajuste de pagamento aos resultados pactuados, conforme cláusula 3 deste contrato. 9.2.1. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho. 9.2.2. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento. 9.2.3. O documento fiscal das despesas de viagens e alimentação pode ser emitida no primeiro dia útil subsequente à prestação dos serviços em que ocorreram. 9.3. O pagamento será efetuado por

intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do atesto da nota fiscal pelo gestor. 9.3.1. No caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93 (R\$ 17.600,00), o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. 9.3.2. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção no documento fiscal que desaconselhe o seu pagamento, os prazos de que tratam as cláusulas 9.3 e 9.3.1 serão contados a partir da respectiva regularização, não incidindo qualquer acréscimo no preço contratado. 9.3.3. Para todos os fins, considera-se a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

Abaixo segue a tabela com o valor salarial para cada cargo, considerando os acréscimos para os cargos demotoristas executivo e supervisor, os quais serão os mínimos a serem aceitos na planilha da contratação para cada cargo: Posto Salário-base Gratificação (em percentual) Gratificação(em reais) Total da RemuneraçãoMotorista – 8 horas (40h/semana) 2.110,68 0,00% 0,00 2.110,68Motorista Executivo – 8 horas (40h/semana) 2.110,68 30,00% 633,20 2.743,88Supervisor – 8 horas (40h/semana) 2.110,68 47,10% 994,13 3.104,81Não deverão ser aceitos salários menores do que a referência acima, considerando que os motoristas com carga de 8 horas já estão com o piso da categoria, observada a proporcionalidade da carga horária (40 horas semanais, ao invés das 44 horas referenciadas na CCT). Por outro lado, para os outros dois cargos, há que se garantir o percentual mínimo de diferença salarial atribuído, o qual fora realizado com base no piso, conforme já exposto anteriormente. 7.2. Serviços adicionais Descrição valores Valor (R\$) Supervisor Motorista Executivo 8H Motorista 8H Valor mensal posto 8.445,66 7.502,04 6.064,75 Valor mensal posto para cálculo de HE* 5.575,88 4.927,71 3.790,54 Valor da HE (50%) 41,82 36,96 28,43 Valor da HE (100%) 55,76 49,28 37,91 Descrição dos serviços Qtde Valor (R\$) Qtde Valor (R\$) N. HE (50%) 20 836,40 200 7.392,00 1.100 31.273,00 N. HE (100%) 60 3.345,60 140 6.899,20 500 18.955,00



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 06/08/2024, às 11:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002167116** e o código CRC **C482DA43**.

0010231-98.2024.6.18.8000

0002167116v3





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTES

PESQUISA DE PREÇO - UNIFORME						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Calça jeans 100% algodão		273	79,99 CJA	Riochuelo 89,90	HAVAN 129,99
2	Calça social masculina/ feminina em microfibra		116	CJA 179,99	Riochuelo 199,90	Cia do Terno 199,00
3	Camisa social manga longa em tricoline amati azul/BRANCA claro, 100% algodão.		123	Renner 139,90	CJA 119,99	Riochuelo 159,90
4	Camisas de malha estilo polo, mangas curtas, na cor azul claro.		256	CJA 65,99	Renner 89,90	Riochuelo 89,90
5	Camiseta na cor branca, manga curta 100% algodão		36	HAVAN 39,99	Equipe Seg 38,00	MAGAZINE MILITAN 45,00
6	Cinto em couro constituído de uma face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.		173	marca de couro 197,00	RENNER 99,90	Riochuelo 124,90
7	Par de meias na cor preta. • Gênero: Masculino/Feminino • Altura do Cano: Médio; • Material: Algodão; • Estilo da Peça: Lisa; Numeração Indicada: Calça do tamanho 39 ao 44		339	Cia do Terno 37,00	HAVAN 19,99	Riochuelo 14,90
8	Par de meias social, na cor preta/bege, 100% algodão.		137	HAVAN 19,99	MAGAZINE 30,00	Riochuelo 14,90
9	Par de botina na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		16	J. Monte 44,00	CANAJÁ 69,90	
10	Par de sapato na cor preta, 100% em couro, com ou sem cadarço, com solado antiderrapante, com palmilha acolchoada, antidor.		52	Equipe Seg 208,00	MAGAZINE OMEGA 270,00	Riochuelo 239,89
11	Par de sapatos em couro, tipo mocassim, na cor preta, 100% em couro, com salto baixo de no máximo 3cm, solado emborrachado e antiderrapante, palmilha acolchoada e antidor. Marca: Vizzano ou de superior qualidade		6	CJA 69,90	Renner 69,90	Riochuelo 89,90
12	Par de tênis material sintético, cor preta ou branca, cano baixo, fechamento cadarço, palmilha acolchoada e solado de borracha antiderrapante		31	BEINA RIO 200,00	Renner 139,90	Riochuelo 299,99
13	Blazer masculino/feminino preto, em microfibra		14	Cia do Terno 449,00		
14	Crachá em PVC Branco 0,5mm/Tamanho Final: 5,4x8,5cm /Tam. com Sangra: 6,0x9,1cm /Com presilha metálica cromada/Acabamento: Cantos Arredondados e furo.		173	Piauí CRACHÁ 25,00	Monte CORIOJ 18,00	FG Papalio 30,00
15	Gravata tons cinza(para homem)/lenço tons cinza e prendedor de cabelo com laço e redinha na cor preta		5	RENNER 49,90	CJA 59,99	Riochuelo 59,90
16	Prendedor de cabelo com laço e redinha na cor azul-marinho		5			








TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTES

PESQUISA DE PREÇO - UNIFORME						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
17	Avental longo de napa na cor branca com amarração nas costas.		8	Rodolfo Bon-dados TOK 8 570K 45,90	Rodolfo Bon-dados 35,00	
18	Jaleco mangas compridas em poliamida		4	Rodolfo Bon-dados 85,00	Dó Jalecos 700,00	
19	Avental longo, azul marinho, com bolso frontal central, regulagem de altura no pescoço e laço nas costas, confeccionado em tecido two-way premium stretch ou de microfibra.		6	Rodolfo Bon-dados 75,00	TOK 8 570K 709,90	
20	Gravata tipo borboleta, na cor preta. Tecido: poliéster		2	RENNEN 49,90	CIA do Terno 49,80	
21	Jaleco em brim, manga ¾ na cor azul marinho, com identificação do posto nas partes das costas (Ex.: GRÁFICO, OPERADOR DE MÁQUINA REPOGRÁFICA)		4	Rodolfo Bon-dados 110,00	Dó Jalecos 120,00	








TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTES

PESQUISA DE PREÇO – EPI's – OPERADOR DE EMPILHADEIRA



APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Abafador ruído auricular, material polietileno, formato semicircular, tamanho regulável, uso absorção ruído, aplicação proteção auricular e trabalho mecânico, características adicionais níveis de redução ruído igual ou superior a 25 DB		1	CANAJÁ 64,90	J. MONTE ENGEOPPI 132,00	48,60
2	Óculos de segurança		1	CANAJÁ 13,00	ENGEOPPI 15,90	J. MONTE 10,00
3	Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		1	CANAJÁ 22,00	ENGEOPPI 15,90	J. MONTE 15,80
4	Par de Luvas pigmentadas, Fabricadas em fios de algodão e poliéster. Palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência		2	CANAJÁ 7,00	J. MONTE 4,00	HAVAN 12,99
5	Colete refletivo modelo em X		1	CANAJÁ 30,90	ENGEOPPI 19,80	




PESQUISA DE PREÇO – EPI's – CARREGADOR


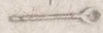

APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Respirador semifacial - Classe PSL2. Copa nasal de silicone; tirante deslizante; dreno de suor; confeccionados em elastômero sintético, revestidos de filamentos de poliéster e com conexões reguláveis quanto ao comprimento.		12	ENGEOPPI 77,70		
2	Par de luvas de segurança. Confeccionada em fibras sintéticas e fibras naturais, revestimento da face palmar, face palmar dos dedos e ponta dos dedos em borracha vulcanizada; punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas.		12	CANAJÁ 9,00	J. MONTE 6,00	
3	Cinta ergonômica lombar com suspensório e elástico. Confeccionado totalmente em Elástico de altíssima qualidade, suspensórios em Elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. - Base do cinto em Elástico de alta densidade com 200 mm de largura e fechamento ajustável com velcro de máxima aderência. - Faixas laterais em elásticos duplos de alta densidade de 100 mm de largura, com fechamento ajustável em velcro.		6	CANAJÁ 89,90	MAGAZINI LUIZA 55,00	LOJA AMERICANA 78,00
4	Óculos de segurança		6	CANAJÁ 13,00	ENGEOPPI 15,90	J. MONTE 10,00
5	Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		6	CANAJÁ 22,00	ENGEOPPI 15,90	J. MONTE 15,80



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTES





PESQUISA DE PREÇO – EPI's – SUPRIMENTO E LOGÍSTICA						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Óculos de segurança		1	CANAJÁ 13,00	engeco8i 15,90	J. monti 10,00
2	Capacete de Segurança Classe A-B; Tipo: Aba Frontal; modelo: "Três Nervuras"; Injetado em polietileno de alta densidade, com suspensão e jugular; Indicado para proteção da cabeça do usuário contra impactos e quedas de objetos, e também contra risco de choques elétricos		1	CANAJÁ 22,00	engeco8i 15,90	J. monti 15,80

PESQUISA DE PREÇO – EPI's – IMPRESSOR COMERCIAL OFF-SET 8/4 E CORTADOR						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Abafador ruído auricular, material polietileno, formato semicircular, tamanho regulável, uso absorção ruído, aplicação proteção auricular e trabalho mecânico, características adicionais níveis de redução ruído igual ou superior a 25 DB		1	CANAJÁ 64,00	J. monti 732,00	engeco8i 48,60
2	Óculos de segurança		1	CANAJÁ 13,00	engeco8i 15,90	J. monti 10,00
3	Par de luvas de segurança. Confeccionada em fibras sintéticas e fibras naturais, revestimento da face palmar, face palmar dos dedos e ponta dos dedos em borracha vulcanizada; punho com fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas.		2	CANAJÁ 9,00	J. monti 6,00	

PESQUISA DE PREÇO – EPI's – MENSAGEIRA MOTORIZADA						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Kit de proteção para motociclista (Bota, Joelheira, Cotoveleira, Colete e Luva) - Certificado de Marcação CE e registro no INMETRO		1	PIAUÍ MOTO 830,00	PIAUÍ MOTO 662,30	PIAUÍ MOTO 660,00
2	Antena corta pipa para instalação em guidão de moto 7/8 e 1" em aço inox, altura mínima estendida 60cm		1	PIAUÍ MOTO 26,00	PIAUÍ MOTO 40,00	PIAUÍ MOTO 36,00
3	Colete refletivo para motociclista		1			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTES

PESQUISA DE PREÇO – EPI's – EQUIPAMENTOS – MENSAGERIA MOTORIZADA						
APOIO ADMINISTRATIVO 2024						
Item	Material	Imagem ilustrativa	Quantidade	Orçamentos em R\$ por fornecedor		
1	Capacete motociclístico certificado, conforme Portaria 456/2010 INMETRO.		1	50 Inocenti 393,00	TB moto Peru 190,00	R. damazio 247,00
2	Mata Cachorro com pedaleira		1		TB moto Peru 250,00	R. damazio 270,00
3	Bau com suporte, de acordo com a Resolução Nº 219 do CONTRAN. Capacidade de 60 Litros. Produto injetado em matéria prima PP.		2		TB moto Peru 260,00	R. damazio 378,00
4	Motocicleta, cilindrada mínima CG 160 potência mínima 11cv a 8500rpm, torque mínimo de 1 a 5000rpm, combustível gasolina.			50 Inocenti 23.368,50	CN motos 19.706,00	